

Opinião

As razões do crescimento baixo

Caio Megale



O crescimento brasileiro vem decepcionando em 2012. Há um ano, a mediana das projeções de crescimento do PIB para este ano, coletadas pelo Banco Central em seu relatório Focus, estava em 4,1%. Hoje, essa mesma mediana está em 1,85%. Isso depois do crescimento de 2011 também ter decepcionado, ficando em 2,7%.

Alguns analistas sugerem ser essa uma evidência de que a capacidade de crescimento do Brasil está comprometida. Depois de um período particularmente favorável entre 2004 e 2010, estaríamos voltando para nossa antiga sina de crescer perto de 2% ao ano.

A conclusão parece precipitada. Há uma parte cíclica pesando sobre o crescimento econômico que, há razões para acreditar, será gradualmente superada. No en-

tanto, também é verdade que alguns fatores que permitiram um crescimento mais acelerado no passado recente não estão mais presentes. Mesmo quando os obstáculos de curto prazo forem superados, o crescimento talvez não retorne aos níveis pré-2011.

O componente cíclico está relacionado a excessos de 2010, quando o país andou rápido demais. O consumo das famílias cresceu muito, especialmente de bens duráveis. As empresas aceleraram o investimento e a produção, motivadas pela crença de que a economia brasileira manteria o crescimento forte indefinidamente.

No entanto, com a desaceleração da demanda observada a partir de 2011, vendas ficaram abaixo do projetado, estoques se acumularam em muitos setores. Algumas famílias se perceberam endividadas, acentuando a redução da demanda.

A piora do cenário de crescimento global também tem sua influência. China e Estados Unidos perderam vigor, e o risco de uma ruptura na Europa não é desprezível. A incerteza externa também vem pesando sobre a confiança do empresário brasileiro, ajudando a retardar a retomada do investimento.

Diante deste cenário, o governo passou a estimular a deman-

da com cortes de juros e impostos, e aumento de gastos. As medidas expansionistas, mantidas por tempo suficientemente prolongado, devem fazer com que a economia supere os obstáculos de curto prazo. O país ainda conta com um mercado consumidor amplo, com demanda reprimida em muitos segmentos. O avanço da classe média continua, como revelaram os últimos dados do censo do IBGE. Há gargalos de infraestrutura que geram oportunidades de investimentos, relacionados ou não aos grandes eventos esportivos que vamos sediar. O setor imobiliário ainda tem espaço para expansão, haja vista que o volume de crédito residencial é baixo, mesmo com a arrancada dos últimos anos.

Ao longo dos próximos trimestres a demanda interna seguirá melhorando e atingindo mais setores da economia. O nível de estoques na indústria estará mais ajustado, a produção deve retomar. As projeções do Itaú apontam para uma aceleração do PIB de 1,9% em 2012 para 4,5% em 2013, com o crescimento do quarto trimestre de 2012 já perto de 5%, em termos anualizados.

Passado o período de baixa, no entanto, o novo ritmo de crescimento da economia brasileira nos próximos anos deve ser menor

do que na década passada. Entre 2004 e 2010, o Brasil cresceu 4,5% ao ano, mas durante este período ocorreram alguns fenômenos que não devem se repetir.

Primeiro, o nível de crédito como proporção do PIB subiu de 25% para perto de 50%. Não é um movimento que preocupa, dado que 50% ainda é um nível confortável. Mas é prudente que o avanço seja mais moderado daqui para frente.

Há uma parte cíclica pesando sobre o crescimento. Espera-se uma retomada no 2º semestre e em 2013

Segundo, a taxa de desemprego caiu para 5,5%, nível próximo do chamado pleno emprego. Não há mais a ociosidade no mercado de trabalho de anos passados. Para continuar a crescer no mesmo ritmo anterior, é preciso agora acelerar a produtividade da mão-de-obra, que é relativamente baixa no Brasil. Investimentos em automação e em qualificação de pessoal vêm sendo feitos, mas ainda são localizados.

Terceiro, ao longo da década passada o mundo cresceu muito acima do normal, em parte por-

que Europa e EUA viviam a bolha do endividamento, em parte porque a China estava em processo acelerado de urbanização. Com a crise financeira e o avanço da urbanização chinesa, o crescimento destas regiões tende a ser mais baixo, reduzindo a demanda pelas exportações brasileiras.

Finalmente, como resultado do mundo crescendo menos, os preços das commodities que exportamos devem se estabilizar. Ficará mais difícil manter o ritmo de crescimento das importações - que dobraram em termos reais desde 2004, fruto da forte expansão da demanda interna - sem gerar desequilíbrios externos.

Em suma, o crescimento muito baixo do primeiro semestre no Brasil tem um componente cíclico importante, que vai sendo superado conforme os exageros do passado recente são digeridos. É legítimo esperar uma retomada da economia no segundo semestre, e em 2013. Mas isso não significa que voltaremos ao crescimento acelerado da década passada. Para isso, precisamos de reformas adicionais, que aumentem a capacidade de investimento e gerem ganhos de produtividade ao país.

Caio Megale mestre em economia pela PUC-RJ, é economista do Itaú-Unibanco

Frase do dia

“É uma questão que afeta o Judiciário. Nós vivemos em Estado de direito”.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que o governo não será atingido pelo julgamento do mensalão, realizado desde a semana passada pelo STF.

Cartas de Leitores

Tupi

Com relação à reportagem “TJ-SP impede uso da marca Tupi”, veiculada no dia 16 de julho, segundo a qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve decisão que impede um grupo paulista de telecomunicações de usar a marca Tupi, gostaria de esclarecer que a decisão referida é da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ-SP, sendo que há acórdão da 8ª Câmara de Direito Privado do mesmo tribunal, julgando outra ação entre as mesmas partes: a S/A Rádio Tupi (do Rio de Janeiro) e CBS Comunicações Brasil SAT L, do grupo paulista. Esta decisão mantém sentença de primeiro grau e nega o pedido da emissora do Rio de Janeiro, por entender que não existe direito de exclusividade ao uso do termo Tupi às emissoras de radiodifusão.

Assim, por ora, temos duas decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo divergentes, não se podendo falar, genericamente, que o Tribunal de Justiça de São Paulo impediu o uso da marca Tupi. A referida decisão da Câmara de Direito Privado considerou tratar-se de marca débil, ou vulgar ao signo Tupi, não ocorrendo a pretendida proteção legal, afirmando categoricamente: “Confirmada, portanto, a denominada MARCA DÉBIL ou FRÁGIL, sendo inviável seu uso exclusivo.”

Linneu R. de Carvalho Sobrinho

Cotas em universidades

Não sou contrário às cotas, raciais ou não, em universidades públicas, porém, o ingresso feito dessa forma, sem sanar as deficiências do ensino básico e fundamental, resultará em alunos com dificuldade para acompanhar os cursos, gerando reprovação e abandono do curso.

Edison Roberto Moraes
ermoraes@uol.com.br

Mar revolto

Ao que se depreende do texto de Hans-Helmut Kots (página A13 da edição de 7/8), o fato certo na União Europeia é o sentimento de perplexidade, de não se saber o que fazer. Esse estado de incerteza, agravada pela hipostática exclusão da Grécia do mercado comum, revivesce os nacionalismos. Enfim, os mais renomados especialistas apontam as condições atuais, sem que se delinhe um caminho de soluções.

Amadeu R. de Paula
amaduegarridoadv@uol.com.br

CVC

A CVC retificou duas informações publicadas na edição de ontem, no caderno de Empresas, página B5, na matéria com o título “CVC investe na web e desmembra venda de seus pacotes de viagem”. Segundo a CVC, o nome correto da agência de turismo oficial do Corinthians é “Vai Corinthians” e não “Timão Tur”, conforme foi publicado. Ainda segundo a operadora, a previsão de 26% dos gastos com turismo na internet refere-se ao ano de 2015, e não de 2012, conforme havia sido informado pela própria CVC.

Correspondências para Av. Francisco Matarazzo, 1.500 - Torre New York - CEP 05001-100 - Água Branca - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

A evolução política está tão atrofiada quanto o desenvolvimento econômico. Por Stephan Richter

China na África: mercado x democracia

As formas e meios pelos quais os chineses estão penetrando no continente africano são tema de debates acalorados em todo o mundo — e em nenhum lugar mais do que nos EUA. A visita de 10 dias de Hillary Clinton, secretária de Estado dos EUA, a toda a África colocou o debate em foco detalhado.

De um lado, os que afirmam que os chineses estão comportando-se como neocolonialistas (ocidentais), ansiosos por explorar as vastas riquezas de matérias-primas e minerais do continente. Eles veem a China como interessada em ocupar cada espaço não coberto por empresas multinacionais ocidentais.

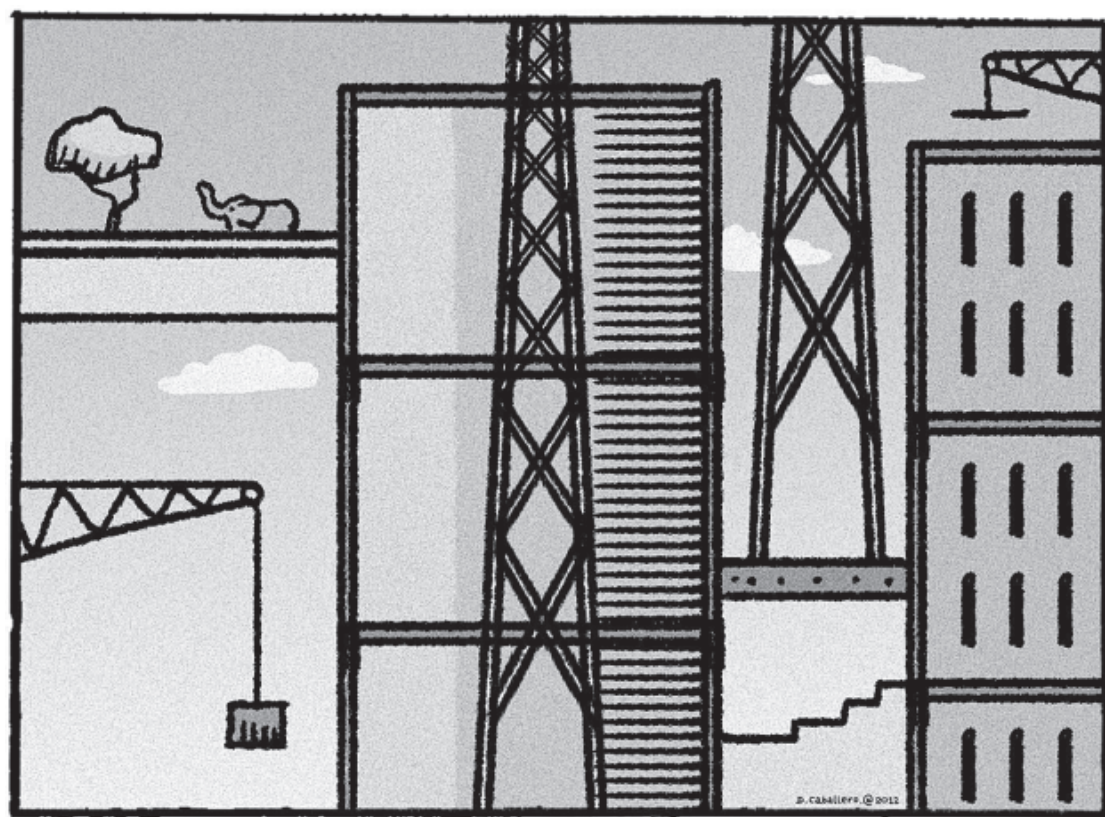
Do outro lado, principalmente fora dos EUA e predominantemente na África e nos mercados emergentes, estão os que aplaudem a ascensão da China e apontam para os seus sucessos como uma forma tardia de justiça econômica. Estes acreditam que finalmente é hora de uma potência não ocidental rica e mirando horizontes de tempo de longo prazo emergir como parceira viável para o continente.

Melhor ainda, argumentam essas vozes, os chineses — com a sua proposta de construção de infraestrutura em terra — estão apenas cumprindo o que acabaram revelando-se promessas vazias, feitas há um século pelas potências ocidentais.

Construção de ferrovias ligando áreas do interior à costa? A eventual perspectiva de formar uma rede cobrindo a África Subsaariana? Formação de redes de rodovias e autoestradas de quatro pistas a preços acessíveis em todo o continente? Disponibilizar moderníssimos complexos de escritórios, construídos dentro de orçamentos que as nações africanas têm condições de custear?

Essas são, certamente, metas que os líderes africanos vêm perseguindo há muito tempo. Mas, no passado, uma combinação tóxica de sua própria corruptibilidade, laços obscuros entre ex-países colonizadores (e suas elites empresariais) e os novos governantes, bem como estruturas de planejamento excessivamente complexas, muito frequentemente resultaram em projetos proibitivamente caros.

Considerando que o crescimento econômico da África tem sido retardado pela inexistência de infraestrutura de transportes confiável — nos países e entre eles — essa



Concentrem-se primeiro em acabar com a fome; depois, disseminem-se os benefícios não tão materiais da democracia. Esse foco assegura a formação de um eleitorado com melhor formação educacional e autoconfiante, não suscetível à compra barata de votos.

é uma oferta mais que tentadora. Ela representa uma oportunidade de proporções históricas.

Sim, o continente tem uma abundância de aeroportos e de telefones celulares, mas devido à infraestrutura totalmente insuficiente, o comércio continua sendo dificultado de uma maneira remanescente da Europa pré-1820.

Nesse sentido, as iniciativas empreendidas pelos chineses na África são, agora, o equivalente histórico do que as guerras napoleônicas trouxeram para um país como a Alemanha. Representam um há muito tempo necessário brado de alerta para o abandono de tradições ultrapassadas, para um avanço à era de intercâmbio e comércio modernos.

Sem ignorar os problemas inerentes à maneira como os chineses operam, inclusive o fato de que empregam predominantemente mão de obra de suas próprias empresas de construção civil, mesmo para projetos no interior da África subsaariana, a visão chinesa é muito distinta da abordagem ocidental nos últimos 50 anos.

A fórmula do Ocidente aplicada à África pós-independência, pós-1960, é priorizar a construção da democracia em detrimento da construção de mercados. Os chineses, como se sabe, optam exatamente pelo oposto.

Em tese, é sempre preferível concentrar-se em estruturas democráticas. E a secretária Clinton certamente referiu-se enfaticamente a isso durante sua visita. Mas em países onde a pobreza

continua excessiva, um contra-argumento desconfortável pode ser sustentado, apoiado no histórico dos últimos 50 anos.

E se uma democracia atrofiada constituiu-se em obstáculo ao surgimento de um verdadeiro mercado para as economias nacionais? Nessas circunstâncias, não será preferível privilegiar a construção de um mercado para produzir uma estrutura mercantil suficientemente distribuída?

Esse é, sem dúvida, um dilema bastante desconfortável para ser analisado pelos ocidentais. Mas, claramente, são os africanos que precisam optar por seguir ou não o conceito ocidental de “democracia primeiro”.

Melhor ainda, os defensores da estratégia chinesa para a África podem apontar para o fato de que a África não é a China. A preservação do poder em um Estado de partido único não está em causa na maior parte da África.

Em outras palavras, concentrem-se primeiro em acabar com a fome; depois, disseminem-se os benefícios não tão materiais da democracia. Esse foco assegura a formação de um eleitorado com melhor formação educacional e autoconfiante, não suscetível à compra barata de votos.

Essa abordagem também implica que o desenvolvimento econômico produza desenvolvimento político. Coincidentemente, isso é bastante semelhante ao que ocorreu na história da Europa. Lá, a tomada das rédeas da economia catalisou a deman-

da por mais direitos políticos por parte das classes mercantis, que terminou por colocar a Europa no rumo de democracia plena.

Por enquanto, em grande parte da África, a evolução política permanece tão atrofiada quanto o desenvolvimento econômico. Dito de outro modo, mas em última análise no mesmo sentido, a maturidade política — no sentido de democracia suficientemente robusta para que as eleições resultem em mudança efetiva no poder — só funciona praticamente em países como Gana, onde o desenvolvimento econômico é suficientemente avançado e amplo.

Ponderar esse tipo de sequenciamento é certamente desconfortável para os ocidentais que têm uma preferência instintiva pela democracia. Apesar disso, essa preferência é também desconcertante — especialmente tendo em vista a forte ênfase dos americanos em economia de mercado em seu país. Os americanos, como sabemos, foram afortunados em seu caso histórico especial, onde os desenvolvimentos econômico e político caminharão de mãos dadas.

É muito desconcertante observar nesse debate sobre construção de mercado versus construção de democracia — que são os chineses, e não os americanos — que podem argumentar persuasivamente que seu foco na África é a criação de futuros clientes e parceiros comerciais.

Esse foco em clientes parece contrário à doutrina marxista. E, de fato, os chineses podem citar ninguém menos que o admirável Adam Smith como sua testemunha principal. Ao avaliar estratégias econômicas de grandes impérios, escreveu ele: “Fundar um grande império com o propósito único de criar um povo de clientes pode, à primeira vista, parecer um projeto capaz de servir a uma nação de lojistas. Trata-se, porém, de um projeto totalmente impróprio para uma nação de lojistas. Mas extremamente adequado a uma nação cujo governo é influenciado por lojistas”.

Embora os direitos ao voto não possam ser considerados um luxo, na realidade africana, ao menos, o foco central na construção da democracia, em vez da construção de mercados, tem tido o efeito perverso de afixar, e não de promover, o crescimento econômico. (Tradução de Sergio Blum)

Stephan Richter é editor chefe do “The Globalist”.